ATA Nº. 04/2016

**ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ÍLHAVO
REALIZADA NO DIA DEZASSETE DO MÊS DE FEVEREIRO DO ANO DE DOIS
MIL E DEZASSEIS.** -----

Aos dezassete dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezasseis, reuniu ordinariamente a Câmara Municipal de Ílhavo, no Salão Nobre do Edifício Municipal, sob a presidência do Sr. Presidente da Câmara, Fernando Fidalgo Caçoilo, e com a presença do Sr. Vice-Presidente da Câmara, Marcos Labrincha Ré, e dos demais Vereadores eleitos, José Marinho Vaz, Beatriz de Fátima Clemente Martins, António Pedro Oliveira Martins, Paulo Sérgio Teixeira da Costa e Ana Margarida Santos Bastos. -----

Secretariou a reunião o Chefe da Divisão de Administração Geral, Rui Manuel Pais Farinha, -
A reunião teve início às 15.00 horas. -----

Uma vez declarada aberta a reunião pelo Sr. Presidente da Câmara, foram tratados os seguintes assuntos: -----

RESUMO DIÁRIO DA TESOURARIA. -----

Presente o Resumo Diário da Tesouraria nº. 33, do dia dezasseis de fevereiro do ano de dois mil e dezasseis, pelo qual foi tomado conhecimento que no cofre existiam as importâncias de € 1.085.075,76 (um milhão, oitenta e cinco mil e setenta e cinco euros e setenta e seis centimos), respeitante a Dotações Orçamentais e €877.329,18 (oitocentos e setenta e sete mil, trezentos e vinte e nove euros e dezoito centimos), respeitante a Dotações não Orçamentais. --

ATA DA REUNIÃO ANTERIOR. -----

Presente a Ata número 03 da reunião ordinária realizada no dia três de fevereiro do ano de dois mil e dezasseis. -----

Uma vez que o texto da mesma tinha sido distribuído previamente por todos os Membros da Câmara, de acordo com o previsto no artigo 4º do Decreto - Lei n.º 45.362, de 21 de novembro de 1963, foi a sua leitura dispensada. -----

Submetida a votação, foi deliberado por unanimidade aprovar a presente Ata. -----

GESTÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA. -----

PESSOAL. -----

PARECER PRÉVIO – RENOVAÇÃO DE CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS (AVENÇAS) – PROPOSTA. -----

Presente a seguinte proposta, elaborada pelo Sr. Presidente da Câmara: -----

- “Considerando: -----

1- A informação da DAG/SORH, em anexo, sobre o enquadramento legal das renovações dos contratos de prestação de serviço (avenças); -----

2- As informações da DAG, DCTJ, Unidade de Direção do MMI, DGESU e Gabinete de Comunicação, também em anexo, sobre a necessidade de renovação dos contratos de prestação de serviços dos colaboradores mencionados no mapa anexo; -----

3- Que estão cumpridos os restantes requisitos exigidos para a renovação dos referidos contratos, nomeadamente: -----

3.1- Os prestadores de serviços têm a sua situação regularizada perante a segurança social e as finanças; -----

3.2- Encontra-se assegurado o devido cabimento orçamental; -----

3.3- A redução remuneratória, se aplicável, será efetuada nos termos da Lei. -----

3.4- No âmbito da CIRA não foi ainda constituída a EGRA (Entidade Gestora da Requalificação nas Autarquias), pelo que não se encontra ainda constituída qualquer reserva interna de recrutamento de âmbito intermunicipal. -----

Proponho: -----

Nos termos da alínea a) do n.º 2 do art. 35.º da Lei 75/2013, de 12/09, conjugado com a Lei n.º 82-B/2014, de 31/12, que aprovou o Orçamento de Estado para 2015, designadamente no seu n.º 5 e 12 do artigo 75.º, bem como no Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29/01, na sua alínea a) do n.º 1 do art. 20.º e ainda no art. 32.º da Lei 35/2014, de 20/06. -----

Que a Câmara Municipal: -----

a) Emita parecer prévio favorável à presente renovação; -----

b) Aprove a renovação dos referidos contratos, por iguais períodos. -----

O Presidente da Câmara, -----

Ass.) Fernando Fidalgo Caçoilo, -----

15.fevereiro.2016”. -----

Em minuta, foi deliberado por maioria aprovar a presente proposta, com a abstenção dos Vereadores do PS. -----

PARECER PRÉVIO – RENOVAÇÃO DE CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS (AVENÇAS) – CATARINA MANO, JOÃO HENRIQUES, JOÃO CORREIA E VANESSA MAGALHÃES - PROPOSTA. -----

Presente a seguinte proposta, elaborada pelo Sr. Presidente da Câmara: -----

- “Considerando: -----

1- A informação da DAG/SORH, em anexo, sobre o enquadramento legal das renovações dos contratos de prestação de serviço (avenças); -----

2- A informação da DCTJ, também em anexo, sobre a necessidade de renovação dos contratos de prestação de serviços dos técnicos dos Centros Culturais, Catarina Mano, João Henriques, João Correia e Vanessa Magalhães; -----

3- Que estão cumpridos os restantes requisitos exigidos para a renovação dos referidos contratos, nomeadamente: -----

3.1- Os prestadores de serviços têm a sua situação regularizada perante a segurança social e as finanças; -----

3.2- Encontra-se assegurado o devido cabimento orçamental; -----

3.3- A redução remuneratória, se aplicável, será efetuada nos termos da Lei. -----

3.4- No âmbito da CIRA não foi ainda constituída a EGRA (Entidade Gestora da Requalificação nas Autarquias), pelo que não se encontra ainda constituída qualquer reserva interna de recrutamento de âmbito intermunicipal. -----

Proponho: -----

Nos termos da alínea a) do n.º 2 do art. 35.º da Lei 75/2013, de 12/09, conjugado com a Lei n.º 82-B/2014, de 31/12, que aprovou o Orçamento de Estado para 2015, designadamente no seu n.º 5 e 12 do artigo 75.º, bem como no Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29/01, na sua alínea a) do n.º 1 do art. 20.º e ainda no art. 32.º da Lei 35/2014, de 20/06. -----

Que a Câmara Municipal: -----

c) Emita parecer prévio favorável à presente renovação; -----

d) Aprove a renovação dos referidos contratos, por iguais períodos. -----

O Presidente da Câmara, -----

Ass.) Fernando Fidalgo Caçoilo, -----
15.fevereiro.2016”. -----

Em minuta, foi deliberado por maioria aprovar a presente proposta, com a abstenção dos Vereadores do PS. -----

PARECER PRÉVIO – RENOVAÇÃO DE CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS (AVENÇAS) – ANTÓNIO LEANDRO E JOSÉ PEDRO SANTOS - PROPOSTA. -----

Presente a seguinte proposta, elaborada pelo Sr. Presidente da Câmara: -----

- “Considerando: -----

1- Que se mantêm os pressupostos que levaram à contratação do meu Assessor para a gestão dos fundos comunitários, António Joaquim Pascoal Leandro, conforme deliberação da Câmara Municipal de 04 de março de 2015; -----

2- Que se aproveita ainda para propor a manutenção do contrato de avença do Eng. José Pedro Faria Leite Dias Santos, tendo em conta que é de todo o interesse que o serviço que presta (negociação de terrenos com privados para a realização de obras municipais) seja efetuado por um profissional experiente, independente e com disponibilidade total para contactar com os particulares sem limitações horárias, características que não se coadunam com o exercício de funções em regime de contrato de trabalho em funções públicas. -----

3- O mérito e trabalho desenvolvido por estes dois prestadores de serviços; -----

4- A informação da DAG/SORH, em anexo, sobre o enquadramento legal das renovações dos contratos de prestação de serviço (avenças); -----

5- Que estão cumpridos os restantes requisitos exigidos para a renovação dos referidos contratos, nomeadamente: -----

5.1- Os prestadores de serviços têm a sua situação regularizada perante a segurança social e as finanças; -----

5.2- Encontra-se assegurado o devido cabimento orçamental; -----

5.3- A redução remuneratória tem vindo a ser aplicada, nos termos da Lei. -----

5.4- No âmbito da CIRA não foi ainda constituída a EGRA (Entidade Gestora da Requalificação nas Autarquias), pelo que não se encontra ainda constituída qualquer reserva interna de recrutamento de âmbito intermunicipal. -----

Proponho: -----
Nos termos da alínea a) do n.º 2 do art. 35.º da Lei 75/2013, de 12/09, conjugado com a Lei n.º 82-B/2014, de 31/12, que aprovou o Orçamento de Estado para 2015, designadamente no seu n.º 5 e 12 do artigo 75.º, bem como no Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29/01, na sua alínea a) do n.º 1 do art. 20.º e ainda no art. 32.º da Lei 35/2014, de 20/06. -----

Que a Câmara Municipal: -----

e) Emita parecer prévio favorável à presente renovação; -----

f) Aprove a renovação dos referidos contratos, por iguais períodos. -----

O Presidente da Câmara, -----

Ass.) Fernando Fidalgo Caçoilo, -----

15.fevereiro.2016”. -----

Em minuta, foi deliberado por maioria aprovar a presente proposta, com a abstenção dos Vereadores do PS. -----

APROVISIONAMENTOS. -----

AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS. -----

PARECER PRÉVIO - ABERTURA DE PROCEDIMENTO –“BALLET FLAMENCO MADRID” – INFORMAÇÃO. -----

Presente a informação supra, datada de 12.fevereiro.2016, elaborada pela colaboradora, Natacha Maio, a solicitação do Diretor do CCI, José Pina, aqui dada por integralmente transcrita, na qual e em síntese, se propõe a abertura de procedimento concursal, por ajuste direto, não devendo o preço contratual exceder o valor de 10.008,85 €(dez mil e oito euros e oitenta e cinco cêntimos), acrescidos de IVA à taxa legal em vigor, devendo o respetivo convite ser endereçado à firma: Idade das Ideias – Produtores Associados de Espectáculos e Eventos, Lda. -----

Deste modo, e nos termos da lei, a presente despesa está sujeita a parecer prévio favorável à presente aquisição de serviços. -----

Em minuta, foi deliberado por unanimidade emitir parecer prévio vinculativo à presente aquisição de serviços. -----

PARECER PRÉVIO - ABERTURA DE PROCEDIMENTO –“WELCOME” – INFORMAÇÃO. -----

Presente a informação supra, datada de 12.fevereiro.2016, elaborada pela colaboradora, Natacha Maio, a solicitação do CCI, aqui dada por integralmente transcrita, na qual e em síntese, se propõe a abertura de procedimento concursal, por ajuste direto, não devendo o preço contratual exceder o valor de 12.500,00 €(doze mil e quinhentos euros), acrescidos de IVA à taxa legal em vigor, devendo o respetivo convite ser endereçado à Companhia Olga Roriz – 1995 Associação. -----

Deste modo, e nos termos da lei, a presente despesa está sujeita a parecer prévio favorável à presente aquisição de serviços. -----

Em minuta, foi deliberado por unanimidade emitir parecer prévio vinculativo à presente aquisição de serviços. -----

APROVAÇÃO DA MINUTA DO CONTRATO DA EMPREITADA DE “NOVO QUARTEL DA GNR DE ÍLHAVO” – INFORMAÇÃO. -----

Presente a informação supra, elaborada pela Oficial Pública, Ana Patrícia Araújo, datada de 15.fevereiro.2016, aqui dada por integralmente transcrita, na qual e em síntese, se sugere a aprovação da minuta do contrato referenciado em título, a celebrar com a firma: Construções Refoiense, Lda, pelo valor de 428.768,57 €(quatrocentos e vinte e oito mil, setecentos e sessenta e oito euros e cinquenta e sete cêntimos). -----

A adjudicação relativa ao presente contrato, foi realizada por despacho do Sr. Presidente da Câmara em 22.janeiro.2016, ratificado por deliberação da Câmara Municipal na sua reunião de 03.fevereiro.2016. -----

Em minuta, foi deliberado por unanimidade aprovar a presente Minuta de Contrato. -----

APROVAÇÃO DE NOVA MINUTA DO CONTRATO DE “SERVIÇOS POSTAIS” – INFORMAÇÃO. -----

Presente a informação supra, elaborada pela Responsável da CAP, Carla Ferreira, datada de 10.fevereiro.2016, corroborado pelo Chefe da DAG, Rui Farinha, aqui dada por integralmente transcrita, na qual e em síntese, se sugere a aprovação de nova minuta do contrato referenciado em título, a celebrar com a empresa: CTT – Correios de Portugal, SA, nos termos e condições que se encontram densificados na presente informação e no respetivo contrato. -----

Em minuta, foi deliberado por unanimidade aprovar a presente Minuta de Contrato. -----

PATRIMÓNIO MUNICIPAL. -----
REVOGAÇÃO DE DELIBERAÇÃO – LOTES B3 E B4 – ZONA INDUSTRIAL DA
MOTA – PROPOSTA. -----

Presente a seguinte proposta, elaborada pelo Sr. Presidente da Câmara: -----

- “Considerando que: -----

- a) na sua reunião de 17 de Julho de 2013, a Câmara Municipal de Ílhavo deliberou atribuir à sociedade SAN ANDRES DE NEGOCIOS os lotes B3 e B4 da Zona Industrial da Mota, pelo preço individual de 62.475,00€, -----
- b) até ao momento aquela empresa efectuou o pagamento do valor correspondente a 10% de cada um daqueles lotes nos termos previstos no nº 1 do artº 10º do Regulamento Para as Condições de Venda de Lotes da Zona Industrial da Mota (ampliação), publicado no apêndice nº 106, ao Diário da República, II série, de 15 de Julho de 2003; -----
- c) sucede que, nos termos do disposto no nº 2 do artº 6º do dito Regulamento o(s) contrato(s) promessa de compra e venda deveriam ser celebrado(s) no prazo de 30 (trinta) dias a contar da data da notificação da deliberação que aprovou a atribuição do(s) lote(s) ao candidato, devendo nessa data ser paga a importância correspondente a 40% do preço do(s) lote(s); -----
- d) sendo que, ainda de acordo com aquela norma, a escritura de compra e venda dos lotes, deveria ter tido lugar no prazo de 90 dias a contar da celebração do contrato promessa, devendo a totalidade do preço encontrar-se paga nessa data; -----
- e) o não cumprimento dos prazos previstos nos nº 1, 2 e 3 do referido artigo 6º do Regulamento Para as Condições de Venda de Lotes da Zona Industrial da Mota (ampliação), por razões imputáveis ao adquirente, confere à Câmara Municipal o direito de revogar a deliberação de atribuir o lote ao candidato faltoso e atribuir o lote em causa ao candidato colocado no primeiro lugar suplente elegível para esse efeito, caso exista; -----
- f) por ser assim, a Câmara Municipal de Ílhavo insistiu por diversas vezes com a SAN ANDRÉS DE NEGÓCIOS, no sentido de nos habilitar com os documentos necessários à instrução das referidas escrituras; -----
- g) em 10SET2013 a SAN ANDRES DE NEGOCIOS pediu autorização à Câmara Municipal de Ílhavo para pagar o valor remanescente da seguinte forma: -----

- i. 12.495,00€ate 20OUT2013 -----
- ii. 12.495,00€ate 20NOV2013 -----
- iii. 87.465,00€ate 30DEZ2013 -----

o que veio a ser autorizado pelo (então) Presidente Ribau Esteves; -----

h) acontece que a dita sociedade não pagou nem a primeira nem a segunda das referidas prestações, pelo que lhes foi enviado um e.mail a solicitar esclarecimentos e a regularização desta situação; -----

i) em resposta, e em 12DEZ2013 veio aquela sociedade solicitar à Câmara Municipal de Ílhavo lhes permitisse proceder ao pagamento dos lotes adquiridos da seguinte forma: -----

i. até ao dia 23 de Dezembro a quantia de 12.495€ (doze mil quatrocentos e noventa e cinco euros);

ii. até ao dia 27 de Dezembro a quantia de 12.495€ (doze mil quatrocentos e noventa e cinco euros); -----

j) tendo, nessa altura, solicitado ainda que a realização de escritura de compra e venda fosse efetuada durante o mês de Janeiro de 2014, visto que as pessoas que obrigam a sociedade não se encontravam na Península Ibérica, estando prevista a sua chegada para o mês de Janeiro; -----

k) A SAN ANDRES DE NEGÓCIOS também não cumpriu esta proposta; -----

l) E, apesar de regularmente informar a Câmara Municipal de Ílhavo sobre a tramitação dos processos que a têm impedido de celebrar as referidas escrituras, nomeadamente do contencioso pendente com a Caixa Económica do Montepio Geral (veja-se, a título de exemplo, o extenso dossier em anexo), a verdade é que a referida sociedade ainda não logrou consumir o(s) negócio(s) a que está contratualmente obrigada, quase dois anos passados sobre a atribuição dos referidos lotes; -----

m) por estarem cativos do cumprimento das nossas obrigações de celebrar as competentes escrituras de compra e venda, os referidos lotes B3 e B4 estão, na prática, fora do comércio jurídico e a Câmara Municipal inibida de os transaccionar, quando o mercado da procura se anima, de novo, em torno da Zona Industrial da Mota; -----

n) que há interessados na aquisição em concreto de um destes lotes, com compromisso de inicio imediato de construção/laboração. -----

Proponho: -----
1. que, nos termos e para os efeitos previstos nos nº 1, 2 e 3 do referido artigo 6º do Regulamento Para as Condições de Venda de Lotes da Zona Industrial da Mota (ampliação), a Câmara Municipal revogue a sua deliberação de 17JUL2013, nos termos da qual atribuiu à sociedade SAN ANDRÉS DE NEGÓCIOS os lotes B3 e B4 da Zona Industrial da Mota; -----

2. que, nos termos e para o efeitos previstos no artº 55º/2 do novo CPA se designe para dirigir o procedimento a senhora dra. Maria da Luz Grangeia, jurista do GAJNEF; -----

3. que, nos termos dos artigos 60º e 61º do CPA, e uma vez que a comunicação entre a CMI e o interessado se tem feito normalmente por meios eletrónicos, se continue a usar os endereços eletrónicos geral@sandengocios.com ou sala@sandengocios.com da SAN ANDRES DE NEGOCIOS para assegurar a comunicação com esta empresa; -----

4. que, nos termos e para os efeitos previstos nos arts. 121º e 122º do CPA seja concedido a SAN ANDRÉS DE NEGOCIOS o prazo de 10 dias úteis, a contar da receção da notificação da presente deliberação para se pronunciar, querendo, sobre a intenção da Câmara Municipal de Ílhavo de proceder a revogação da deliberação de 17JUL2015 que atribuiu aquela sociedade os lotes B3 e B4 da Zona Industrial da Mota, podendo, para o efeito usar o endereço eletrónico: geralcmi@cm-ilhavo.pt. -----

O Presidente da Câmara, -----

Ass.) Fernando Fidalgo Caçoilo, -----

15.fevereiro.2016”. -----

Em minuta, foi deliberado por unanimidade aprovar a presente proposta. -----

RECEITAS MUNICIPAIS. -----

DEVOLUÇÃO DE TAXAS – PEDIDO DE VISTORIA – MARIA ISABEL DA CONCEIÇÃO PEREIRA DO CARMO – PROCESSO N.º 860/00 – INFORMAÇÃO. ----

Presente a informação supra, elaborada pela assistente técnica da DOPGU, Cláudia Cravo, datada de 10.fevereiro.2016, aqui dada por integralmente transcrita, na qual e em síntese, se sugere a devolução da taxa de 44,17 € (quarenta e quatro euros e dezassete cêntimos), à requente acima referenciada, dado verificar-se que a sobredita vistoria não é da competência da CMI. -----

Sobre a presente informação, recaiu o seguinte despacho do Sr. Vice-Presidente da Câmara: --
“Visto. Concordo com o proposto na presente informação da DOPGU. Proceda-se caso necessário com o apoio da DAG e após a deliberação que para o efeito houver por conveniente por parte da Câmara Municipal, à devolução à requerente do valor entretanto liquidado, solicitando para o efeito as devidas desculpas pela situação havida. -----
10.fevereiro.2016”. -----

Em minuta, foi deliberado por unanimidade aprovar a presente devolução de taxas. -----

**VENDA DE MERCHANDISING ALUSIVA AO MUNICÍPIO E À REGIÃO -
LISTAGEM RELATIVA À HOMOLOGAÇÃO DE PREÇOS DE ARTIGOS POSTOS
À VENDA NAS LOJAS DE TURISMO - RATIFICAÇÃO.** -----

Presente a listagem supra, datada de 28.janeiro.2016, elaborada pela Chefe da DCTJ, Lisete Cipriano, aqui dada por integralmente transcrita, na qual e em síntese, se dá conta dos produtos e respetivo preço de venda ao público nas lojas de turismo. -----

Sobre a presente listagem, recaiu o seguinte despacho do Sr. Vereador, Paulo Costa: -----

- “Concordo. Ao Sr. Presidente da Câmara. -----
12.fevereiro.2016”. -----

Em minuta, foi deliberado por unanimidade ratificar o presente despacho. -----

**VENDA DE MERCHANDISING, ARTESANATO E PUBLICAÇÕES NAS LOJAS DE
TURISMO DO MUNICÍPIO DE ÍLHAVO E NA LIVRARIA DO MUSEU MARÍTIMO
DE ÍLHAVO – RATIFICAÇÃO.** -----

Presente a listagem supra, datada de 28.janeiro.2016, elaborada pela Chefe da DCTJ, Lisete Cipriano, aqui dada por integralmente transcrita, na qual e em síntese, se dá conta dos resultados obtidos pelas citadas vendas, nas várias lojas e livraria do MMI, durante o ano de 2015. -----

Sobre a presente listagem, recaiu o seguinte despacho do Sr. Vereador, Paulo Costa: -----

“Concordo. Ao Sr. Presidente da Câmara. -----
12.fevereiro.2016”. -----

Em minuta, foi deliberado por unanimidade ratificar o presente despacho. -----

**ADMINISTRAÇÃO URBANÍSTICA. -----
CONSTRUÇÃO PARTICULAR. -----**

DESTAQUE DE PARCELA. -----

- O processo registado com o n.º 18607, Pº 10/03, respeitante a Manuel Capitolino Pata, residente na Av.ª José Estevão, n.º 391 – Gafanha da Nazaré. -----

Em minuta, foi deliberado por unanimidade aprovar a presente proposta, conforme o definido na informação e no Despacho do Sr. Vereador do respetivo Pelouro. -----

A informação tem a referência DOPGU/elianac 2015/12/21 18607/15 1, e é da responsabilidade da Técnica Superior da DOPGU, Eliana Castro, e o despacho do Sr. Vereador Marcos Ré, está datado de 13.fevereiro.2016, os quais se dão aqui por integralmente transcritos e constam do respetivo processo. -----

EQUIPAMENTO RURAL E URBANO. -----

DIVERSOS. -----

ATA DA HASTA PÚBLICA PARA VENDA DE SUCATA DIVERSA – ADJUDICAÇÃO A MÁRIO DE JESUS DOS SANTOS CARAPINHA. -----

Presente a Ata da Hasta Pública referenciada em título, elaborada pelo respetivo júri do procedimento, datada de 05.fevereiro.2016, aqui dada por integralmente transcrita. -----

Em minuta, foi deliberado por unanimidade aprovar a presente Ata. -----

OBRAS MUNICIPAIS. -----

LIBERTAÇÃO PARCIAL DE GARANTIAS BANCÁRIAS E RESTITUIÇÃO DE REFORÇOS DE CAUÇÃO. -----

“REQUALIFICAÇÃO URBANA E AMBIENTAL FRENTE DE RIA COSTA NOVA – BIARRITZ” - INFORMAÇÃO/PROPOSTA. -----

Presente a informação/proposta supra, datada de 04.fevereiro.2016, elaborada pela Chefe da DOIA, Paula Oliveira, aqui dada por integralmente transcrita, na qual e em síntese, se sugere a libertação de 60% das cauções prestadas como garantia da obra, à firma: Paviazeméis – Pavimentações de Azeméis, Lda, uma vez que, realizada a vistoria necessária, não foi encontrada qualquer anomalia. -----

Em minuta, foi deliberado por unanimidade aprovar a presente proposta de libertação parcial de garantias bancárias e reforços de caução. -----

ERROS E OMISSÕES - “CASA DA MÚSICA DA GAFANHA DA NAZARÉ” – INFORMAÇÃO/DESPACHO - RATIFICAÇÃO. -----

Presente a informação supra, elaborada pela Chefe da DOIA, Paula Oliveira, datada de 10.fevereiro.2016, aqui dada por integralmente transcrita, na qual e em síntese, se dá conta de uma lista de erros e omissões relativos aos trabalhos referenciados em título, e que se encontram discriminados e justificados em documentos anexos à presente informação, sendo que os mesmos não conduzem à alteração do preço base. -----

Sugere-se ainda, que o novo prazo de entrega das propostas passe a ser o dia 15.fevereiro.2016. -----

Sobre a presente informação, recaiu o seguinte despacho do Sr. Presidente da Câmara: -----

“Aprovo a lista de Erros e Omissões. Enviar à Câmara para ratificação. -----
10.fevereiro.2016”. -----

Em minuta, foi deliberado por unanimidade ratificar o despacho do Presidente. -----

DESENVOLVIMENTO SOCIAL E CULTURAL. -----

CIDADANIA E IGUALDADE. -----

FUNDO MUNICIPAL DE APOIO A FAMÍLIAS E INDIVÍDUOS CARENCIADOS. ---

**COMPARTICIPAÇÃO NO PAGAMENTO DA FATURA RELATIVA A ÁGUA,
SANEAMENTO E RESÍDUOS SÓLIDOS – PROPOSTA.** -----

Presente a seguinte proposta elaborada pelo Sr. Vereador, Paulo Costa: -----

- “Considerando: -----

1.º - O enquadramento legal previsto na Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, no seu artigo 33º n.º 1, alínea v), conjugado com a atribuição que é conferida aos Municípios no âmbito da ação social pelo artigo 23º n.º 2 alínea h) do mesmo diploma legal; -----

2.º - O previsto no Regulamento Municipal de Apoio a Famílias e Indivíduos Carenciados, aprovado em reunião do Executivo Municipal de 30 de outubro de 2014 e da Assembleia Municipal de 28 de novembro de 2014, com as alterações aprovadas em reunião do Executivo Municipal de 09 de setembro de 2015 e da Assembleia Municipal de 18 de setembro de 2015, nomeadamente no que diz respeito ao seu artigo 4.º, n.º 2, alínea e) “comparticipação no pagamento da fatura relativa a água saneamento e resíduos sólidos“. -----

3.º - Os pedidos de participação solicitados pelos cinco munícipes/agregados familiares e as respetivas Informações Sociais que se anexam. -----

4.º - Que a presente despesa que se pretende comprometer se encontra assegurada e cativada pela proposta de cabimento n.º 2 de 04/01/2016, pelo que, -----

Proponho: -----

Que a Câmara Municipal de Ílhavo delibere a atribuição do seguinte apoio, ao abrigo do Regulamento do Fundo Municipal de Apoio a Famílias e Indivíduos Carenciados: -----

-**Quatro** participações no pagamento da fatura relativa a água, saneamento e resíduos sólidos no valor de 90%, pelo período de 12 meses; -----

-**Uma** participação no pagamento da fatura relativa a água, saneamento e resíduos sólidos no valor de 70%, pelo período de 12 meses. -----

O Vereador do Pelouro da Cidadania e Igualdade, -----

Ass.) Paulo Teixeira da Costa, -----

12.fevereiro.2016”. -----

Em minuta, foi deliberado por unanimidade aprovar a presente proposta. -----

**FUNDO MUNICIPAL DE APOIO A FAMÍLIAS E INDIVÍDUOS CARENCIADOS –
ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO PONTUAL (TRANSFERÊNCIAS CORRENTES) AO
CASCI – APOIO AO ARRENDAMENTO DE HABITAÇÃO – PROPOSTA. -----**

Presente a seguinte proposta elaborada pelo Sr. Vereador, Paulo Costa: -----

- “Considerando: -----

1.º - O enquadramento legal previsto na Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, no seu artigo 33º n.º 1, alínea v), conjugado com a atribuição que é conferida aos Municípios no âmbito da ação social pelo artigo 23º n.º 2 alínea h) do mesmo diploma legal. -----

2.º - O previsto no Regulamento Municipal de Apoio a Famílias e Indivíduos Carenciados, aprovado em reunião do Executivo Municipal de 30 de outubro de 2014 e da Assembleia Municipal de 28 de novembro de 2014, com as alterações aprovadas em reunião do Executivo Municipal de 09 de setembro de 2015 e da Assembleia Municipal de 18 de setembro de 2015, nomeadamente no que diz respeito ao seu artigo 4.º, n.º 2, alínea b) “apoio ao arrendamento de habitação”. -----

3.º - Os pedidos de apoio solicitados por sete agregados familiares e as respetivas Informações Sociais anexas. -----

4.º - Que o Centro de Ação Social do Concelho de Ílhavo se disponibilizou como instituição parceira tendo solicitado a concessão de apoio ao pagamento da renda de casa referente aos agregados das informações anexas, ficando os utentes responsáveis por compartilhar com o restante valor, necessário à prossecução da totalidade da renda. -----

5.º - Que a presente despesa que se pretende comprometer se encontra assegurada e cativada pela proposta de cabimento n.º 175 de 15/01/2016, pelo que, -----

Proponho: -----

Que a Câmara Municipal de Ílhavo delibere a atribuição de um subsídio pontual ao Centro de Ação Social do Concelho de Ílhavo, no valor de **2.901,96 Euros**, para apoio à participação no pagamento do valor da renda de casa pelo período que consta nas Informações Sociais, sendo que, findo este espaço temporal, será o mesmo alvo de reavaliação. -----

O Vereador do Pelouro da Cidadania e Igualdade, -----

Ass.) Paulo Teixeira da Costa, -----

12.fevereiro.2016”. -----

Em minuta, foi deliberado por unanimidade aprovar a presente proposta. -----

**FUNDO MUNICIPAL DE APOIO A FAMÍLIAS E INDIVÍDUOS CARENCIADOS –
ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO PONTUAL (TRANSFERÊNCIAS CORRENTES) –
REDUÇÃO DAS TAXAS DEVIDAS PELO INGRESSO OU FREQUÊNCIA NOS
EQUIPAMENTOS DESPORTIVOS OU CULTURAIS - PROPOSTA.** -----

Presente a seguinte proposta elaborada pelo Sr. Vereador, Paulo Costa: -----

- “Considerando: -----

1.º - O enquadramento legal previsto na Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, no seu artigo 33º n.º 1, alínea v), conjugado com a atribuição que é conferida aos Municípios no âmbito da ação social pelo artigo 23º n.º 2 alínea h) do mesmo diploma legal; -----

2.º - O previsto no Regulamento Municipal de Apoio a Famílias e Indivíduos Carençados, aprovado em reunião do Executivo Municipal de 30 de outubro de 2014 e da Assembleia Municipal de 28 de novembro de 2014, com as alterações aprovadas em reunião do Executivo Municipal de 09 de setembro de 2015 e da Assembleia Municipal de 18 de setembro de 2015,

nomeadamente no que diz respeito ao seu artigo 4.º, n.º 4, alínea b) “Redução das taxas devidas pelo ingresso ou frequência nos equipamentos desportivos ou culturais“. -----

3.º - Os pedidos de participações solicitados por dois agregados familiares e as respetivas Informações Sociais que se anexam. -----

Proponho: -----

Que a Câmara Municipal de Ílhavo delibere a atribuição do seguinte apoio, ao abrigo do Regulamento do Fundo Municipal de Apoio a Famílias e Indivíduos Carenciados: -----

- **Duas** reduções das taxas devidas pelo ingresso ou frequência nos equipamentos desportivos ou culturais, no equivalente aos descontos aplicados a crianças, jovens ou séniores, com uma durabilidade de doze meses. -----

O Vereador do Pelouro da Cidadania e Igualdade, -----

Ass.) Paulo Teixeira da Costa, -----

12.fevereiro.2016”. -----

Em minuta, foi deliberado por unanimidade aprovar a presente proposta. -----

**FUNDO MUNICIPAL DE APOIO A FAMÍLIAS E INDIVÍDUOS CARENCIADOS –
ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO PONTUAL (TRANSFERÊNCIAS CORRENTES). -----**

**REDUÇÃO DAS TAXAS DEVIDAS PELA FREQUÊNCIA NO PROGRAMA DAS
FÉRIAS DIVERTIDAS - PROPOSTA. -----**

Presente a seguinte proposta elaborada pelo Sr. Vereador, Paulo Costa: -----

- “Considerando: -----

1.º - O enquadramento legal previsto na Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, no seu artigo 33º n.º 1, alínea v), conjugado com a atribuição que é conferida aos Município no âmbito da ação social pelo artigo 23º n.º 2 alínea h) do mesmo diploma legal; -----

2.º - O previsto no Regulamento Municipal de Apoio a Famílias e Indivíduos Carenciados, aprovado em reunião do Executivo Municipal de 30 de outubro de 2014 e da Assembleia Municipal de 28 de novembro de 2014, com as alterações aprovadas em reunião do Executivo Municipal de 09 de setembro de 2015 e da Assembleia Municipal de 18 de setembro de 2015, nomeadamente no que diz respeito ao seu artigo 4.º, n.º 4, alínea c) “Redução das taxas devidas pela frequência no Programa das Férias Divertidas”. -----

3.º - O pedido de comparticipação solicitado pelo agregado familiar e a respetiva Informação Social que se anexa. -----

Proponho: -----

Que a Câmara Municipal de Ílhavo delibere a atribuição do seguinte apoio, ao abrigo do Regulamento do Fundo Municipal de Apoio a Famílias e Indivíduos Carenciados: -----

- Uma redução das taxas devidas pela frequência no Programa das Férias Divertidas, para o valor único por semana de 7,50€, com uma durabilidade extensível a um programa, num período que compreende doze meses. -----

O Vereador do Pelouro da Cidadania e Igualdade, -----

Ass.) Paulo Teixeira da Costa, -----

12.fevereiro.2016”. -----

Em minuta, foi deliberado por unanimidade aprovar a presente proposta. -----

RESUMO DA ATIVIDADE DO PELOURO DA MAIOR IDADE 2015 – TOMADA DE CONHECIMENTO. -----

Presente o documento referenciado em título, elaborado pela Técnica Superior da DASS, Cristina Teixeira, aqui dado por integralmente transcrito. -----

Em minuta, foi deliberado por unanimidade tomar conhecimento. -----

JUVENTUDE. -----

NORMAS DE PARTICIPAÇÃO – X CONCURSO DE HIP-HOP DANCE - PROPOSTA. -----

Presente a seguinte proposta elaborada pela Sr.ª Vereadora, Beatriz Martins: -----

- “Considerando: -----

1) O papel fundamental da música e da dança nos jovens como forma de expressarem a sua liberdade, espírito crítico e identidade na sociedade; -----

2) A necessidade da criação de estímulos para fomentar tais hábitos apostando na criatividade; -----

3) Que a dança desenvolve a consciência do próprio corpo, a confiança e através da musicalidade incrementa a socialização e a criatividade; -----

4) Que a dança é uma forma saudável de expressão que pode ajudar os jovens a explorar e expressar os seus sentimentos; -----

5) Que a dança permite adquirir coordenação, postura, cumprimento de regras e ritmo ajudando por outro lado na concentração pela aprendizagem de contagem de tempos, fixação de movimentos, sequências, etc; -----

6) O sucesso do concurso de Hip-Hop Dance nas edições anteriores. -----

Proponho: -----

Que a Câmara Municipal de Ílhavo aprove as Normas do X Concurso de Hip-Hop Dance, que se encontram anexas à presente proposta. -----

A Vereadora do Pelouro da Juventude, -----

Ass.) Beatriz de Fátima Clemente Martins, -----

12.fevereiro.2016”. -----

Em minuta, foi deliberado por unanimidade aprovar a presente proposta. -----

CULTURA. -----

MUSEU MARÍTIMO DE ÍLHAVO – RELATÓRIO ANUAL (2015) – TOMADA DE CONHECIMENTO. -----

Presente o Relatório referenciado em título, aqui dado por integralmente transcrito. -----

Em minuta, foi deliberado por unanimidade tomar conhecimento. -----

RELATÓRIO GLOBAL DOS CENTROS CULTURAIS DE ÍLHAVO E DA GAFANHA DA NAZARÉ (2015) – TOMADA DE CONHECIMENTO. -----

Presente o Relatório referenciado em título, aqui dado por integralmente transcrito. -----

Em minuta, foi deliberado por unanimidade tomar conhecimento. -----

EXPOSIÇÃO TEMPORÁRIA SER E DEVIR, DE VIRGÍLIO FERREIRA – OFERTA DE OBRA E DE 15 EXEMPLARES DO LIVRO CATÁLOGO PARA VENDA – PREÇO DE VENDA - INFORMAÇÃO. -----

Presente a informação supra, datada de 04.fevereiro.2016, elaborada pela Membro da Direção do MMI, Paula Ribeiro, aqui dada por integralmente transcrita, na qual e em síntese, se dá conta das ofertas do autor ao MMI, nomeadamente de uma das obras em exposição, bem como de 15 exemplares do livro “Ser e Devir”, também do mesmo autor, destinados à venda na loja do MMI, sugerindo-se o valor unitário de 15,90 €(quinze euros e noventa cêntimos). –

Sobre a presente informação, recaiu o seguinte despacho do Sr. Vereador, Paulo Costa: -----

- “Concordo. Ao Sr. Presidente da Câmara. -----

05.fevereiro.2016”. -----
Em minuta, foi deliberado por unanimidade aprovar e proceder nos termos da presente
informação. -----

**REEDIÇÃO DA PUBLICAÇÃO “NOS MARES DO FIM DO MUNDO”, DE
BERNARDO SANTARENO – INFORMAÇÃO.** -----

Presente a informação supra, datada de 05.fevereiro.2016, elaborada pela Membro da Direção
do MMI, Paula Ribeiro, aqui dada por integralmente transcrita, na qual e em síntese, se sugere
que o preço de capa a nível nacional de 17,90 € definido pela editora seja aceite, sugerindo-se
ainda um preço especial, de 15,00€ para o dia do seu lançamento (02 de abril), e para os
períodos de baixa de preços na Livraria do MMI, nos meses de agosto e dezembro. -----

Sobre a presente informação, recaiu o seguinte despacho do Sr. Vereador, Paulo Costa: -----
“Concordo. Ao Sr. Presidente da Câmara. -----
12.fevereiro.2016”. -----

Em minuta, foi deliberado por unanimidade aprovar e proceder nos termos da presente
informação. -----

DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO. -----

ABASTECIMENTO. -----

**ATA DA HASTA PÚBLICA PARA A CONCESSÃO DA LOJA D NO MERCADO DA
COSTA NOVA – ADJUDICAÇÃO DEFINITIVA.** -----

Presente a Ata Hasta Pública referenciada em título, elaborada pelo respetivo júri do
procedimento, datada de 15.janeiro.2016, aqui dada por integralmente transcrita. -----

Em minuta, foi deliberado por unanimidade aprovara presente Ata. -----

Na presente discussão e votação, não participou o Sr. Vice-Presidente da Câmara, Marcos Ré,
por se considerar impedido (membro do júri do procedimento), tendo-se ausentado
momentaneamente do Salão Nobre onde decorria a reunião. -----

Em minuta, foi deliberado por unanimidade aprovar a presente Ata. -----

TURISMO. -----

**RELATÓRIO DOS ESPAÇOS CULTURAIS E LOJAS DE TURISMO MUNICIPAIS
(PÚBLICOS) – ANO DE 2015 – TOMADA DE CONHECIMENTO.** -----

Presente o Relatório referenciado em título, datado de 11.fevereiro.2015, elaborado pela Chefe da DCTJ, Lisete Cipriano, aqui dado por integralmente transcrito. -----

Em minuta, foi deliberado por unanimidade tomar conhecimento da presente informação. -----

HABITAÇÃO. -----

PARQUE MUNICIPAL DE HABITAÇÃO. -----

PROPOSTAS DE CESSAÇÃO DE CONTRATOS DE ARRENDAMENTO APOIADO.

Presentes as seguintes seis (6) propostas de cessação de contratos de arrendamento apoiado, ao abrigo dos artigos 25º e 39º, 2, b), da Lei n.º 81/2014, de 19 de dezembro. -----

1 - Fração Autónoma designada pela Letra “AN”, 2º esqº, n.º 12, denominado por: “48 Fogos da Lagoa”, na Rua da Escola Secundária, Ílhavo, contrato de arrendamento em nome de: Catarina Neves Correia; -----

2 - Fração Autónoma designada pela Letra “AP”, 2º trás/direito, n.º 20, Lote 2, denominado por: “48 Fogos da Lagoa”, na Rua da Escola Secundária, Ílhavo, contrato de arrendamento em nome de: Lúcia Maria Rocha Figueiredo; -----

3 - Fração Autónoma designada pela Letra “AN”, r/c, frente/esquerdo, n.º 22, denominado por: “48 Fogos da Lagoa”, na Rua da Escola Secundária, Ílhavo, contrato de arrendamento em nome de: Maria Helena Silva Vieira; -----

4 - Fração Autónoma designada pela Letra “P”, r/c - esqº, n.º 6, denominado por: “48 Fogos da Lagoa”, na Rua da Escola Secundária, Ílhavo, contrato de arrendamento em nome de: Maria Isaura Romão Leal; -----

5 - Fração Autónoma designada pela Letra “AB”, 2º esqº, denominado por: “48 Fogos da Lagoa”, na Rua da Escola Secundária, Ílhavo, contrato de arrendamento em nome de: Maria das Neves Imaginário dos Santos; -----

6 - Fração Autónoma designada pela Letra “Z”, 2º frente/direito, n.º 20, lote 2, denominado por: “48 Fogos da Lagoa”, na Rua da Escola Secundária, Ílhavo, contrato de arrendamento em nome de: Olga Maria Pereira; -----

Em minuta, foi deliberado por unanimidade aprovar as presentes seis propostas. -----

SALUBRIDADE E COMODIDADE PÚBLICA. -----

HIGIENE E LIMPEZA. -----

ATUALIZAÇÃO DE PREÇOS NO ÂMBITO DOS SERVIÇOS PRESTADOS PELA EMPRESA SUMA, S.A., NO MUNICÍPIO DE ÍLHAVO (CONTRATO N.º 9/1999) – INFORMAÇÃO/PROPOSTA. -----

Presente a informação supra, datada de 12.fevereiro.2016, elaborada pela Chefe da DOIA, Paula Oliveira, aqui dada por integralmente transcrita, na qual e em síntese, se sugere a aprovação da atualização de preços referentes à “Concessão dos Serviços de Recolha e Transporte de RSU a Destino Final e Limpeza Urbana no Município de Ílhavo”, a praticar durante o ano de 2016, conforme a taxa de atualização do Índice de Preços no Consumidor (IPC), divulgada pelo INE de 0,49%. -----

Em minuta, foi deliberado por unanimidade aprovar a presente proposta. -----

PAGAMENTOS AUTORIZADOS. -----

AUTO DE VISTORIA E MEDIÇÃO DE TRABALHOS. -----

- Da Empreitada “Reabilitação do Teatro da Vista Alegre” – 1ª Situação de Trabalhos a Mais, no valor de €81.010,69 €(oitenta e um mil e dez euros e sessenta e nove cêntimos), com IVA incluído, adjudicada à firma: Teixeira, Pinto & Soares, Lda. -----

Em minuta, foi deliberado por unanimidade aprovar o presente auto e proceder ao pagamento.

E nada mais havendo a tratar, foi a reunião encerrada eram 17.00 horas. -----

Para constar e devidos efeitos, se lavrou a presente ata que eu,

, Secretário, redigi, subscrevi e assinei conjuntamente com o Sr. Presidente da Câmara, que presidiu à reunião. -----